

## EMPREENDEDORISMO RURAL SUSTENTÁVEL NO CONTEXTO DO OESTE CATARINENSE: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE GUATAMBU

Josiane Weber<sup>1</sup>  
Andressa Morgan<sup>2</sup>  
César Augustus Winck<sup>3</sup>

### RESUMO

Este artigo procurou levantar aspectos referentes a atuação do empreendedor rural, buscou identificar fatores que possam contribuir ou limitar o desenvolvimento do empreendedorismo, no contexto da agricultura familiar, no município de Guatambu (SC), para tanto realizou-se um diagnóstico acerca das potencialidades e deficiências para a agricultura familiar do município. Por fim procurou relacionar as características empreendedoras encontradas na literatura com aquelas identificadas nos produtores rurais da região. O estudo se deu através de pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa tendo como enfoque o estudo de caso. Foi possível constatar que a falta de informação no meio rural pode ser entendida como fator limitador para o empreendedorismo, no entanto destaca-se o interesse dos órgãos públicos consultados em oferecer alternativas ao produtor rural como fator que possa contribuir na atuação do empreendedor. Conclui-se assim a necessidade de um trabalho conjunto entre entidades ligadas a agricultura familiar para fomentar o perfil empreendedor no campo.

**Palavras-chave:** Empreendedorismo. Sustentabilidade. Agricultura Familiar. Empreendedor Rural.

### 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento regional é decorrente do crescimento sustentável de vários fatores intrínsecos de uma dada região. No que tange a região Oeste de Santa Catarina, um dos aspectos que tem extrema relevância é a agricultura e mais especificamente, a atividade realizada em pequenas propriedades rurais.

As transformações que atingem os diversos setores da economia afetam também a agricultura familiar, exigindo que o pequeno produtor rural trate a sua propriedade como uma empresa, buscando técnicas inovadoras que garantam competitividade. O agricultor familiar precisa estar em constante atualização, buscar além do conhecimento técnico e administrativo o desenvolvimento de um perfil mais propenso a correr risco, desenvolvendo a liderança, de forma a ganhar competitividade.

Diante deste contexto, o problema que guia o desenvolvimento deste estudo consiste em responder uma questão central de pesquisa: Que fatores podem contribuir ou limitar o desenvolvimento do empreendedorismo, no contexto da agricultura familiar, no município de Guatambu (SC)?

<sup>1</sup> Mestranda em Administração. UNOESC. Email: josiweber@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Mestranda em Administração. UNOESC. Email: dressamorgan@hotmail.com.

<sup>3</sup> Doutor em Agronegócios (UFRGS). Médico Veterinário e Mestre em Ciências Veterinárias (UDESC). Professor e Pesquisador. UNOESC. Email: cesar.winck@unoesc.edu.br.

Justifica-se a realização deste estudo tendo em vista a relevância do empreendedorismo no âmbito da agricultura familiar, fator de fundamental importância para auxiliar na qualidade de vida no campo, propiciar a competitividade ao pequeno produtor rural e ainda auxiliar na manutenção da família no meio rural.

Neste intuito, a pesquisa será desenvolvida sob uma perspectiva qualitativa na forma de um estudo de caso, tendo como objetivo geral identificar fatores que possam contribuir ou limitar o desenvolvimento do empreendedorismo, no contexto da agricultura familiar, no município de Guatambu (SC). Para tanto, buscou-se: compreender o conceito de empreendedorismo, e mais especificamente o empreendedorismo rural; realizar um diagnóstico acerca das potencialidades e deficiências para a agricultura familiar no município; e, por fim, relacionar as características empreendedoras encontradas na literatura com aquelas identificadas nos produtores rurais da região. Procura-se alcançar estes objetivos por meio de entrevistas semiestruturadas, aplicação de questionários e pesquisa documental. Os dados coletados serão analisados a partir das técnicas de análise de conteúdo e da estatística descritiva.

Este trabalho foi organizado contemplando, além desta introdução (1), o referencial teórico utilizada como embasamento desta pesquisa (2), os procedimentos metodológicos empregados para a realização do estudo (3), a apresentação dos resultados (4) e as considerações finais (5).

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta o referencial teórico, com o objetivo de aprofundar o conhecimento acerca do empreendedorismo, empreendedorismo rural sustentável e agricultura familiar.

### 2.1 EMPREENDEDORISMO

O termo empreendedorismo tem origem francesa, seu conceito era ligado aos indivíduos envolvidos a operações militares ou aqueles que provocavam brigas (LANA et al., 2013). Destaca-se que, segundo Filion (1999), a definição é apresentada de maneira diferente de acordo com o período histórico. No Brasil, a partir dos anos 90 o tema ganha evidência com a criação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae e Sociedade Brasileira para Exportação de Software – Softex (DORNELAS, 2012). Sendo que atualmente ocupa posição de destaque em nível mundial, quando se trata do nível absoluto de empreendedores (GEM, 2012).

Existem três correntes de estudo do empreendedorismo, a dos economistas, que associa o empreendedorismo à inovação, a dos comportamentalistas que leva em consideração aspectos criativos e intuitivos das atitudes do empreendedor e por fim, a sociológica que procura entender a influência dos aspectos sociais e culturais sobre a atividade empreendedora (OLIVEIRA; SILVA; ARAUJO, 2014).

Sob a ótica da corrente atribuída aos economistas, Schumpeter (1982), preconiza que os empreendedores são agentes sociais que possuem capacidade de inovação, o autor utiliza o termo “destruição criativa” para demonstrar a substituição dos métodos antigos pelos novos.

As oportunidades devem ser aproveitadas de forma que gerem valor, não basta abrir um novo empreendimento, faz-se necessário que se apresente algo inovador (DRUCKER, 2001)

Na concepção de McClelland (1972), representante da corrente comportamentalista, a força que impulsiona os empreendedores é a realização pessoal, para o autor o empreendedor prefere atividades de risco moderado, não demonstrando interesse por atividade rotineiras e de alto risco. Dentre as principais definições de empreendedor destacam-se: indivíduos que criam negócios inovadores (LANA, et al., 2013), aqueles movidos pela paixão pelo que fazem e que buscam deixar um legado (DORNELAS, 2008), almejam a mudança (DEGEN, 2009), buscam inovação, tendo como características principais competência, entusiasmo, racionalidade, tolerância, persistência e flexibilidade (BOM ANGELO, 2003)

O comportamento empreendedor para Cooley (1990 apud ZAMPIER e TAKAHASHI 2014) está vinculado ao desenvolvimento de dez competências que identificam o indivíduo empreendedor de acordo com a sua habilidade de utilizá-las em seu dia a dia, sendo elas: busca de oportunidade e iniciativa de solicitado; persistência; comprometimento; exigência de qualidade e eficiência; correr riscos calculados; estabelecimento de metas; busca de informações; planejamento e monitoramento sistemáticos; persuasão e rede de contatos; independência e autoconfiança .

O empreendedorismo tem forte relação com o desenvolvimento regional (SCHMIDT; BOHNENBERGER, 2009), e o agente transformador está na figura do empreendedor, ao qual na concepção de Miyazaki et al. (2008), cabe a responsabilidade pelo desenvolvimento econômico, tornando a economia mais dinâmica e competitiva e gerando novas oportunidades.

A competitividade crescente na atualidade atinge também o meio rural, para possibilitar sua sobrevivência e manutenção da família no campo o agricultor precisa inovar. Para Bom Angelo (2003) a capacidade de adaptação às mudanças será fator predominante na sobrevivência das empresas, que precisam reinventar-se frente aos novos cenários. No contexto do desenvolvimento rural, Miyazaki et al (2008) afirma que assim como tem aumentado os desafios e perspectivas para implementação de novos empreendimentos, também aumentam as exigências na gestão da propriedade rural visando a competitividade. O agente de transformação no meio rural é o agricultor, o qual fará uso das novas tecnologias de gerenciamento e produção disponibilizadas por meio da pesquisa e extensão agropecuária. Neste sentido, cabe identificar aspectos relativos ao empreendedorismo rural.

## 2.2 EMPREENDEDORISMO RURAL SUSTENTÁVEL

A agricultura tem papel fundamental no desenvolvimento sustentável, no contexto da agricultura familiar o agente promotor da inovação, o gestor das mudanças é produtor rural. Conforme descrito por Miyazaki et al. (2008), ao fortalecer a agricultura familiar, colabora-se também com a inclusão social e o desenvolvimento econômico. Os autores consideram o empreendedor o responsável por alavancar estes fatores. Corroboram com o exposto Tomei; Souza (2014) quanto ao papel do agricultor familiar como responsável pela transformação da realidade socioeconômica.

O agronegócio brasileiro é um dos setores mais dinâmicos da economia, assim o meio rural precisa acompanhar as transformações tecnológicas, econômicas, políticas e sociais. Mesmo frente à esta dinamicidade, destaca-se que a maioria dos agricultores não escolhe a profissão, ela normalmente é herdada. Outra característica importante é o fato de que em

muitas propriedades é o proprietário ou outro membro da família que realiza a gestão, muitas vezes sem a qualificação necessária para desempenhar a função. O empreendedor rural, no contexto da agricultura moderna precisa ter conhecimentos técnicos e gerir de maneira eficiente os recursos financeiros, humanos, assim como a produção e a parte comercial (ARNOLD, 2011). O conhecimento técnico e de mercado, assim como as demais habilidades citadas são fundamentais para o empreendedor.

A inovação que é muito associada ao empreendedorismo, quando pensado do ponto de vista da agricultura familiar apresenta algumas peculiaridades, “(...) o simples fato de extrair o leite da vaca e transformá-lo em queijo já significa uma inovação (...)” (TOMEI; SOUZA, 2014). Os autores enfatizam a diferença de perspectiva em relação ao olhar do empreendedor urbano, o qual considera a transformação do leite em queijo um processo industrial comum, não relacionado à inovação.

Miyazaki et al. (2008) destacam a importância do perfil empreendedor do produtor rural para possibilitar a compreensão do seu processo de tomada de decisões, o modo como realiza a gestão financeira no meio rural e ainda a inclusão da propriedade e da família. Ações empreendedoras do agricultor familiar, como a comercialização de produtos artesanais, por exemplo, criam condições para a permanência da família no campo e melhoria na qualidade de vida.

Em estudo realizado por Tomei e Souza (2014), são elencadas as barreiras que impedem a transformação do agricultor familiar em empreendedor rural. Os resultados encontrados destacam a ausência de liderança e capacidade de assumir riscos e a carência por educação formal. Os agricultores familiares costumam preservar a cultura nos métodos de produção não buscando inovação.

### 2.3 AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO OESTE CATARINENSE

Os debates embasados no desenvolvimento sustentável e na geração de emprego e renda têm impulsionado a discussão acerca do papel e importância da agricultura familiar (GOMES, 2004). No Brasil a agropecuária familiar possui vital importância na geração de renda, empregos e na produção de alimentos. As principais características da agricultura familiar são: a) o fato de a família ser responsável pela geração de valor e b) este tipo de agricultura ser o maior produtor de alimentos, integrando a produção e o consumo de alimentos (ANDREOLI, 2008).

De acordo com Dorigon (2008), mesmo que a agricultura familiar seja caracterizada pela diversificação da produção e voltada a atender as necessidades de abastecimento da família sua principal atividade seu foco é mercado comprador. Diante disto, a monocultura representa um entrave para o agricultor familiar, considerando a necessidade de geração de renda durante todo o ano (ANDREOLI, 2008). Estudos da CONAB (2012) revelam que “a agricultura familiar pode ser entendida como o cultivo da terra realizado por pequenos proprietários rurais, tendo como mão de obra essencialmente o núcleo familiar”. Segundo Piva (2010, p. 26), a “[...] lógica da agricultura familiar, parte da produção é destinada à subsistência da família e o excedente, geralmente pequeno, é comercializado”.

Inúmeras são as dificuldades encontradas pela agricultura familiar, Loch (2009) destaca o problema da geração de renda, que tem como consequência a falta de emprego e o aumento da produção em escala industrial. Fatores que diminuem a competitividade dos

pequenos agricultores familiares. Diante deste contexto, têm-se o êxodo rural que causa problemas econômicos e sociais.

Ainda que heterogênea, o segmento da agricultura familiar representa significativamente a produção agropecuária e o produto gerado pelo agronegócio brasileiro por sua relação entre os importantes elos da cadeia produtiva, ou seja, o inter-relacionamento com importantes segmentos da economia (GUILHOTO et al., 20). Segundo dados da CONAB (2012) este modelo produtivo é responsável por mais de 80% da ocupação no setor rural e responde por sete de cada dez empregos no campo e representa cerca de 40% da produção agrícola do país.

As pequenas propriedades rurais são responsáveis pelo abastecimento da mesa dos brasileiros sua importância para a produção nacional é representada pelos números de produção, como: 87% da produção de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo e, na pecuária, 60% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos (CONAB, 2012). Estes alimentos compõem a cesta de consumo presente na alimentação humana, portanto indispensáveis para a manutenção da saúde.

Neste contexto a Região Oeste Catarinense caracteriza-se pela produção baseada na agricultura familiar, responsável pelo impulso do desenvolvimento local e regional, sendo um dos pilares da economia de Santa Catarina. A região concentra a produção agrícola do Estado o que justifica a dependência econômica destas atividades e sua inter-relação aos demais setores. A realidade da agricultura familiar foge de sua lógica estrutural que está sobretudo em satisfazer as necessidades de consumo da família (MIOR, 2005).

Piva (2010) relaciona o desenvolvimento econômico do território com a inserção das agroindústrias e a produção familiar. De acordo com Konrad e Silva (2008) a capacidade produtiva das agroindústrias locais são asseguradas pelas propriedades rurais baseadas na agricultura familiar. As principais atividades agropecuárias desenvolvidas o crescente aumento da bovinocultura de leite, predominando as cooperativas de produção agropecuária e a produção de milho, suínos, aves (WINCK, 2012).

A atividade leiteira teve seu impulso a partir da década de 70, quando a Região buscou acompanhar o processo de reestruturação no sistema produtivo intervindo nas principais atividades pecuárias comerciais desenvolvidas que eram a avicultura e suinocultura por meio do sistema de integração caracterizado pela centralização e acrescentamento da produtividade individual com altos investimentos em equipamentos e infraestrutura na produção. Com isso, alguns produtores não conseguiram acompanhar as exigências destes setores e visualizaram a bovinocultura de leite como alternativa de geração de renda e assegurar a permanência no meio rural, devido a poucos investimentos iniciais de implantação (ROVER; LANZARIN, 2008).

Diante do exposto, as cooperativas regionais desenvolvem um importante papel na viabilidade econômica e social das famílias com renda a partir do leite, pois seguem a tendência em remunerar mensalmente o produtor rural seguindo normas próprias de qualidade, quantidade e manutenção do volume de matéria prima entregue. Exigindo dos atores da cadeia de suprimentos sua manutenção e relativa dependência quanto ao valor pago, o que intervém em questões econômicas e técnicas no aprimoramento da produção (WINCK, 2012). A relevância do setor leiteiro está no acesso a qualidade de vida e permanência no produtor no setor agropecuário, impulsionando o desenvolvimento rural e local (ROVER; LANZARIN, 2008).

Outro fator propulsor responsável pelo desempenho financeiro das propriedades rurais é creditado ao fomento da integração vertical de aves e suínos. De acordo com Piva (2010), o fato de a agricultura familiar estar submetida a intensos processos de transformação e reestruturação de seus sistemas produtivos desencadeou a formação de complexos agroindustriais articulados ao sistema familiar de produção. Para Mior (2005) as propriedades rurais da Região encontram na integração agroindustrial maiores perspectivas de êxito.

Face a esta realidade a agricultura familiar presente no Oeste Catarinense foge de sua lógica estrutural que está sobretudo em satisfazer as necessidades de consumo da família. (MIOR, 2005). Partindo a um modelo produtivo em massa imposto pela agroindústria introduzindo mudanças que “[...] não podem ser avaliadas tão somente sob o prisma da produtividade, mas no conjunto de fatores da unidade de produção, a família rural e de suas relações, embates e consequências da acelerada mudança no mundo da produção rural.” (BONAMIGO et al., 2014, p. 2).

Neste ambiente, Mior (2007) aponta como o melhor território para desenvolver novas oportunidades econômicas a agricultura tradicional o que assegura a inserção no mercado e a permanência no campo. Diversas atividades produtivas voltadas para a subsistência familiar se relaciona alternativas de renda que pode oportunizar a competitividade da propriedade rural no mercado de consumo bem como a permanência no meio rural. Tais como: cultivo de batata-doce, cana-de-açúcar, mandioca, arroz, entre outras opções de cultura ou até mesmo produtos oriundos da agricultura familiar como queijo artesanal, pão caseiro, etc., pode otimizar economicamente a pequena propriedade rural. Logo, estas atividades agrícolas elencam um modelo de gestão de pequenas propriedades rurais que visa contribuir para o fortalecimento econômico, social e familiar por meio de alternativas de produção.

Buscar desenvolver a agricultura familiar de forma sustentável é uma alternativa para minimizar estes problemas. Conforme Gomes (2004), a sustentabilidade está vinculada à capacidade de manutenção ou maior qualidade de vida, garantindo recursos para as próximas gerações por parte dos agricultores familiares, no entanto, destaca a dificuldade e complexidade em determinar a sustentabilidade de qualquer atividade.

A agricultura familiar, segundo Costabeber e Caporal (2003) demonstra maior capacidade em atender aspectos relativos à conservação dos recursos naturais e da biodiversidade, atividades artesanais com baixo impacto ambiental e grande relevância social, entre outros.

A industrialização e comercialização de produtos representa uma alternativa para aumentar o valor agregado e a qualidade da produção, e ainda na integração de atividades econômicas como o turismo (ANDREOLI, 2008). Neste sentido, um modelo de gestão para a pequena propriedade rural deve levar a consideração as características inerentes aplicadas a estratégias de geração de renda.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem da pesquisa é qualitativa, a qual além de interpretar o universo da produção humana por meio das relações e representações (MINAYO, 2011), congrega intencionalidade (MINAYO, 2011; BARDIN, 1988). Para Creswell (2010) este tipo de pesquisa objetiva a compreensão do significado atribuído pelos indivíduos a um determinado problema de cunho humano ou social. Guimarães et al. (2004) apontam o nível de

detalhamento das informações e a preservação das perspectivas dos participantes como as principais vantagens do método.

Neste estudo busca-se conhecer aspectos referentes ao contexto da agricultura familiar na região Oeste de Santa Catarina, bem como aspectos favóreis e limitantes ao empreendedorismo, considerando o perfil do agricultor familiar do município de Guatambu (SC). A escolha deste município ocorreu tendo em vista que a maior parcela de sua população ocupa áreas rurais.

Trata-se de uma pesquisa descritiva, a qual para Collis e Hussey (2005), possibilita explicar um fenômeno, sendo utilizada para identificar, avaliar e descrever um problema. Teve como enfoque o estudo de caso. Profundidade e detalhamento são características inerentes ao estudo de caso (VERGARA, 2013; CRESWELL, 2010). Este tipo de investigação, segundo Yin (2010) é empírica e realizada através de um conjunto de procedimentos.

Para a realização deste trabalho foram analisados dados secundários sobre o município, por meio de pesquisa documental que buscou identificar e caracterizar o município estudado. Os dados foram obtidos através dos elementos informados pelo Atlas do desenvolvimento e sites da FIRJAN, FECAN, IBGE, entre outros. Dentre as vantagens da utilização de documentos como fonte de pesquisa está o fato de serem estáveis, podendo ser revisados inúmeras vezes, exatos e de ampla cobertura (YIN, 2010).

Também foram coletadas informações através de entrevista com gestores Secretaria Municipal de Agricultura - SMA e Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina -EPAGRI. Uma vantagem da entrevista é sua adaptabilidade, possibilitando desenvolver e esclarecer as respostas (BELL, 2008). Os entrevistados foram selecionados devido a sua colaboração para o desenvolvimento da pesquisa, em função de sua atuação em áreas chave no que se refere à questão agrícola no município de Guatambu (SC).

Paralelamente ocorreu a aplicação de questionário com proprietários de pequenas unidades familiares, a seleção da amostra foi por conveniência, para Vergara (2013, p.47) “longe de qualquer procedimento estatístico, seleciona elementos pela facilidade de acesso a eles”, compreendeu 07 famílias de um total de 21, correspondendo a 33%, identificados por meio de informações conjuntas destes órgãos. Nesta etapa não foi possível entrevistar mais famílias em função da dificuldade de acesso por se tratar de meio rural, outro fator limitador foi o tempo disponível para realização da pesquisa. Os dados coletados serão analisados a partir das técnicas de análise de conteúdo e da estatística descritiva. A próxima seção apresenta os resultados da pesquisa.

#### 4 RESULTADOS

Esta seção é composta pela análise dos dados primários e secundários da pesquisa, por meio do levantamento destes dados juntamente com o conhecimento empírico e o teórico chegou-se a resposta dos objetivos propostos pelo estudo.

O município de Guatambu (SC) possui uma área de 205.58 km<sup>2</sup> e população total de 4679 habitantes, sendo que 2930 habitantes residem no ambiente rural e os demais 1749 habitantes no espaço urbano, caracterizando uma distribuição desigual no ambiente municipal (IBGE, 2012).

No que tange os aspectos econômicos do município, o Atlas do Desenvolvimento Humano (2014) apresenta dados sobre o percentual de pessoas ocupadas no município.

Ocorreu uma diminuição do percentual de pessoas ocupadas no setor agropecuário (de 68,46% no ano de 2000 para 49,54% em 2010), contudo, ainda representando quase que metade da população do município envolvida com atividades deste setor. Apresenta também a renda per capita média da população de Guatambu, que em 2010 foi de R\$ 687,32 contra R\$274,53 reais em 2000, representando um crescimento de 200,4%. Destaca-se ainda, o rendimento médio dos ocupados, em 2010, que foi de R\$ 1055,85, ou seja, uma variação de 384,7%. Outro dado relevante sobre o município e publicado no Atlas do Desenvolvimento Humano (2014) refere-se ao Índice de Desenvolvimento Humano do Município – IDHM, que passou 0,389, portanto era baixo, no ano de 1991, para 0,717 em 2010 – posição média. A evolução deste índice do município aponta prováveis melhorias no período, no que se refere à qualidade de vida da população.

Outra fonte de dados consultada para a elaboração do diagnóstico do município de Guatambu refere-se aos dados publicados pela FIRJAM através do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Este sistema de pesquisa verifica anualmente o desenvolvimento socioeconômico dos municípios. Utiliza como fonte de dados as bases estatísticas públicas oficiais dos Ministérios do Trabalho, Saúde e Educação. O índice IFDM, usa como método “[...] varia de 0 (mínimo) a 1 ponto (máximo) para classificar o nível de cada localidade em quatro categorias: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4 a 0,6), moderado (de 0,6 a 0,8) e alto (0,8 a 1) desenvolvimento. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade”. (FIRJAM, 2014).

Os dados gerais do FIRJAM (2014), de Guatambu também indicam que o índice de desenvolvimento do município IFDM alcança o índice de 0,7255; de emprego e renda 0,6192; de educação 0,7317 e saúde 0,8256. Outra análise possível tomando-se estes dados consiste no menor índice apresentado pelo município, referente ao emprego e a renda, segmento em que está centrado esta pesquisa. Estes indicadores demonstram a necessidade de maior aporte de políticas públicas para a motivação do trabalho e da renda no município.

Em relação ao ranking que classifica os municípios brasileiros, os dados da FIRJAM (2014) usados como referência para o ano de 2011, apontam o município de Guatambu na posição 1.208º em nível nacional e 145º no estado de Santa Catarina. O posicionamento no ranking aponta a necessidade de evolução dos aspectos avaliados relacionados Às variáveis que compõem o índice (educação, saúde e renda).

Também se utilizou para esta pesquisa, as informações disponibilizadas pela Federação Catarinense das Associações Municipais - FECAM que possui como objetivo representar o interesse dos municípios catarinenses, além de desenvolver produtos e serviços para melhoria da eficiência na gestão pública municipal (FECAM, 2014). Os dados publicados pela FECAM (2014) apontam que Guatambu possui uma remuneração média dos trabalhadores formais de R\$ 1.159,36 e que o índice de evolução dos empregos formais no último triênio foi negativo (-5,44), ou seja, o município teve uma diminuição dos empregos formais nos últimos três anos, fator preocupante se considerar que foi um período de crescimento da economia regional. Em relação aos aspectos econômicos do município, contata-se um Produto Interno Bruto - PIB per capita de R\$ 32.727,13 e uma evolução média de 15,8% no último triênio (FECAM, 2014).

Quanto aos dados das lavouras temporárias do município em área plantada apontam a soja e o milho como as principais culturas, o trigo, o feijão, a cana de açúcar, o fumo e a lavoura permanente da erva mate. Com bases no ranking das culturas percebe-se que não há



uma diversificação expressiva dos sistemas produtivos. Na pecuária destaca-se a avicultura, a suinocultura, a bovinocultura de corte e leiteira (IBGE, 2012).

Após a análise dos dados secundários a pesquisa coletou dados primários, elaborados por meio de entrevistas na esfera pública e questionários aplicados com em pequenas propriedades rurais do município de Guatambu (SC). Nas entrevistas com os gestores da Secretaria Municipal de Agricultura e Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI pode-se observar que ambos os órgãos procuram atender o pequeno agricultor de forma conjunta, ambos estão localizados na mesma estrutura física e compartilham as políticas públicas de apoio aos agricultores, tanto municipal quanto estadual. Verifica-se a complementação do trabalho desenvolvido pelas entidades e o diálogo entre os mesmos, as atividades são voltadas à agricultura familiar, como dias de campo, palestra e feiras.

É notável o interesse destes órgão às propostas de diversificação de culturas ou outras fontes de renda que promovam o desenvolvimento, bem-estar e sucessão familiar. Considerando a necessidade de se pensar em alternativas que visem à valorização da atividade agrícola e a importância do agricultor para o desenvolvimento local e regional. Porém relatam a dificuldade de trazer esses agricultores para a conhecerem os benefícios de novas culturas seja por meio de eventos e similares, devido à rotina ou até mesmo questões culturais.

Os entrevistados creditam ao risco de produção, tais como clima, variação de preços de insumos, bem como sua venda, vetores limitantes ao agricultor familiar no momento de investir em outros cultivos ou novas fontes de renda. Outro entrave mencionado em relação à agricultura familiar refere-se a competitividade, conforme relata o Entrevistado A:

“[...] uma das alternativas de permanência na agricultura seria os agricultores serem competitivos no mercado, através de associações ou pequenas cooperativas para manter a oferta do produto o ano todo, o comprador quer ter a certeza da entrega do produto e o pequeno agricultor por trabalhar sozinho não consegue manter o cliente, perdendo espaço a atacados, enfim [...]”.

Além disso, menciona o fato de não ter recursos fixos para incentivos de projetos deste fim, o que se constitui com um fator limitador de variáveis que deixam de ser demonstradas ao pequeno produtor rural como fonte de renda. Estes fatos retratam as condicionalidades das pequenas propriedades rurais do município como limitante de permanência no campo e ao desenvolvimento local, tendo em vista que as pequenas propriedades rurais de Guatambu representam uma parcela considerável da economia do município, já que a população se encontra de forma mais expressiva, no ambiente rural

Os desafios são maiores que as perspectivas, o que justifica um trabalho em parcerias entre governos, com instituições, pois, nestas pequenas propriedades que são produzidas os alimentos balanceados e essenciais ao consumo humano, inclusive urbano. Em ações de aporte para novas fontes de renda, os entrevistados relataram que as ações realizadas para a apresentação de novas culturas, para o desenvolvimento do ambiente rural, como exemplo a produção de frutas, contou com pequeno número de expectadores, ou seja, não houve retorno na participação por parte dos agricultores. As atividades que contam com maior número de participantes são voltadas a pecuária de leite, abrangendo pequenos, médios e grandes produtores, como exemplo, os dias de campo e a feira EXPOLEITE.

A análise das atividades realizadas pelas entidades não abrangem alternativas variadas de produção, a não ser a atividade leiteira e hortifruticultura, o que destaca a necessidades de trazer principalmente a pequenas propriedades rurais novas opções de cultivo voltadas ao aumento de renda.

Segundo os entrevistados, o futuro da agricultura familiar está na permanência do jovem no espaço rural. Como exemplo, temos a fala do Entrevistado B:

“Os jovens estão indo para a cidade, ou por vezes, trabalham na cidade e morram no campo, mas não tem interesse em se manter na agricultura pelo pouco retorno financeiro da pequena propriedade. Uma das formas de morar na roça seria ter mais acesso a crédito [...] sem tanta burocracia, de forma rápida. Outro incentivo está nas moradias rurais, nova ou reforma, mas a forma de acesso é difícil. Alguns produtores contam também com linhas de créditos para veículos a longo prazo de pagamento o que melhora a condição de vida da família.”

Desta forma, a sucessão familiar se torna o grande desafio para o município, em função da possibilidade do comprometimento da produção, no futuro, inclusive a carência de mão de obra para as atividades agrícolas.

A pesquisa levantou dados relevantes das condicionalidades das famílias que possuem condições de ser elencada como modelo de desenvolvimento de gestão. O universo estudado, conta com propriedades que variam de três a catorze hectares de tamanho. A renda destes agricultores varia entre um salário mínimo e mais de quatro salários mínimos, advinda na produção comercial, por integração ou parcerias com agroindústrias da região.

Referente à produção comercial observa-se que o leite é a principal atividade desenvolvida. O fator propulsor desta atividade pode ser atrelado à demanda de mercado, maior que a oferta, e o pagamento pela matéria prima mensal. Diferente de outras atividades agrícolas que dependem de recursos naturais para ser comercializada, como exemplo, o plantio de sementes, ou ainda o ciclo de desenvolvimento de animais. Assim o pagamento varia de acordo com o tempo de produção, ocorrendo em períodos maiores, não permitindo ao agricultor fazer um planejamento ordenado de suas ações.

Pode-se constatar ainda, que as pequenas propriedades são advindas de herança ou aquisição. Um dos motivos deste estacionamento da área produtiva está nos valores das terras, pois, nos últimos anos, percebeu-se um aumento de valor de áreas aptas para a produção. Um fator que influencia no aumento do valor da terra é a proximidade da cidade de Chapecó, polo regional.

Em relação aos fatores ambientais das propriedades rurais, verificou-se a questão da legislação vigente quanto à reversa legal da propriedade, pois independente de seu tamanho e localização se faz obrigatória, e os agricultores entendem como um fator restritivo importante à produção. Entretanto, de forma geral, os entrevistados atendem aos quesitos legais ambientais. Sobre o tema, o estudo abordou sobre o uso de adubação orgânica ou química, uso de agrotóxico e destino das respectivas embalagens e sobre o destino do lixo orgânico e reciclável. Contataram-se as limitações de informações aos produtores, por não saberem a utilização correta destes elementos.

Em relação à sanidade da propriedade, um fator que chama atenção é a questão da instalação de fossas sépticas, sendo que nenhuma delas conta com este atributo, logo, desconhecem os riscos relacionados à contaminação de produtos, animais a sua própria saúde.

Um dos pontos da pesquisa foi relacionado com a parte técnica da propriedade, ou seja, a participação dos órgãos municipais e estaduais na assistência, implantação e acompanhamento das atividades desenvolvidas ou a serem desenvolvidas. Entretanto, percebe-se que a distanciamento entre os atores. É um fato importante para os estudos, pois, relacionam a não participação dos produtores por não verificarem aplicabilidade no interior da propriedade. Relatam que eventos municipais estão voltados ao médio e grande produtor, portanto, não aos pequenos agricultores. Identificou como fator limitante a falta de sintonia

entre estes órgãos promotores dos eventos e as necessidades do agricultor, como limitador também pode-se citar as questões culturais próprias da região e ainda a falta de informação por parte do produtor rural, considerando que muitas propriedades não tem acesso a meios de comunicação como internet e televisão.

A análise dos resultados demonstra que os agricultores pesquisados não possuem muitas características empreendedoras, como trazidas por Bom Angelo (2003) a inovação e entusiasmo/ainda conforme Zampier e Takahashi (2011) que citam a importância da atuação do empreendedor em conhecer o mercado e seus consumidores e ainda desenvolver habilidades técnicas de produção ou mesmo o inconformismo como destacado por Degen (2009) que surge a necessidade por mudanças. Fatos estes podem ser observados nas atividades agropecuárias desempenhadas em suas propriedades rurais ou mesmo nos eventos desenvolvidos pelos órgãos públicos na demonstração de novas alternativas de renda no meio rural contam com um número mínimo de participantes.

Tendo em vista que o município pesquisado tem sua economia baseada no setor primário destacam-se como principais atividades agropecuárias desenvolvidas as culturas tradicionais, como por exemplo, a lavoura temporária com as produções de milho e soja e a lavoura permanente com a plantação de erva mate. Na pecuária predomina o sistema de integração vertical com agroindústrias da Região, destacando a avicultura, a suinocultura, e o crescente aumento da bovinocultura de leite. Estes fatores sinalizam a limitação destes pequenos agricultores quanto a informação refletindo em seu perfil empreendedor principalmente no quesito inovação onde SCHUMPETER (1982) caracteriza como fundamental.

Outra consideração do estudo está no direcionamento da produção agrícola familiar, voltada ao mercado comprador e não à subsistência da propriedade (DORIGON, 2008), como relato do Entrevistado A: “Outro fator está na visão do produtor em primeiro vender o alimento e depois comprar, inverteu-se a ordem, além de má alimentação. Exemplo o feijão, primeiro o agricultor vende depois compra no mercado com qualidade bem inferior.”

Com estes dados coletados justifica-se assim um trabalho conjunto entre órgãos voltado ao setor agrícola ao levar informação a estes profissionais a fim de acrescer características empreendedoras. Bem como propiciar conhecimento técnico no desenvolvimento em novas alternativas viáveis de renda e permanência no campo para amenizar os impactos no interior.

Na próxima seção, apresentam-se as considerações sobre os resultados da pesquisa e a relação teórica empírica.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento dos dados realizados por meio de entrevista e questionários permitiu repertoriar sobre o perfil empreendedor das pequenas propriedades do município de Guatambu (SC). Bem como a realidade da pequena propriedade rural onde se assemelha a realidade do país quando se trata do êxodo rural, a da saída do jovem do campo e a sucessão familiar na agricultura. Destaca-se a atividade principal da propriedade, dependendo das circunstâncias, assegurar ou não uma renda para a família atingir suas outras necessidades de consumo com a finalidade de dar continuidade à agricultura familiar.

A partir do diagnóstico realizado constata-se que existem inúmeros aspectos que podem favorecer o fortalecimento da agricultura familiar da região. Alguns fatores faváveis

para o fomentar o empreendedorismo, estão na promoção de feiras e eventos por parte dos órgãos públicos para fomentar o comércio e levar conhecimento ao empreendedor rural. No entanto confrontando os dados da pesquisa constatou-se que não há um consenso entre o que as entidades entendem como prioridades e a realidade dos produtores que em virtude de suas limitações seja de conhecimento ou financeiras não visualizam ações empreendedoras em sua localidade. A necessidade de se pensar em alternativas que visem à valorização da atividade agrícola, considerando a importância do agricultor para o desenvolvimento local e regional.

Uma limitação do estudo foi a dificuldade de acesso para contatar as famílias por tratar-se do meio rural, outro fator limitador foi o tempo disponível para realização da pesquisa. Para estudos futuros sugere-se a ampliação da amostra para abranger uma parcela maior da população.

## REFERÊNCIAS

ANDREOLI, A. I. Agricultura familiar e sustentabilidade ambiental. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 89, out, 2008. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/089/89andrioli.htm>. Acesso em: 24 fev. 2015.

ARNOLD, G. **Empreendedorismo rural**: um estudo sobre a inserção do técnico em agropecuária egresso do IFRS – Campus Sertão. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2011.

Atlas do Desenvolvimento Humano. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 13 de jun. 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1988.

BELL, J. **Projeto de pesquisa**: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BOM ANGELO, E. **A nova postura de quem faz a diferença**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

BONAMIGO, I. S.; RENK, A.; DORIGON, C. Bem-estar animal e bem-estar dos agricultores frente aos mercados agroalimentares mundializados. **In: VII Encontro Nacional de Estudos do Consumo; III Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo; I Encontro Latino-Americano de Estudos do Consumo**. Rio de Janeiro: 24, 25 e 26 de setembro de 2014.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CONAB. A importância da agricultura familiar do desenvolvimento dos municípios. **Revista Agropecuária**. Disponível em: <http://www.revistaagropecuaria.com.br/2012/10/26/a-importancia-da-agricultura-familiar-no-desenvolvimento-dos-municipios/>. Acesso em: 14 jan. 2015.

Organizadores:



ANEGEPE  
Associação Nacional de Estudos  
em Empreendedorismo e Gestão  
de Pequenas Empresas

Realizadores:



COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. Possibilidades e alternativas para o desenvolvimento rural sustentável. In: VELA, Hugo (org.): **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul**. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e misto**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DEGEN, R. J. **O empreendedor: empreender como opção de carreira**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

DORIGON, C.. **Mercados de produtos coloniais da região Oeste de Santa Catarina: em construção**. 2008. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar na sua empresa**. 2ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

\_\_\_\_\_. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 2ª reimpressão.

DRUCKER, P.. **Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): prática e princípios**. São Paulo: Pioneira, 2001.

FECAM. Disponível em: [http://www.fecam.org.br/conteudo/index.php?cod\\_menu=13](http://www.fecam.org.br/conteudo/index.php?cod_menu=13). Acesso em: 13 de jun. 2014.

FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, v. 34, n.2, 1999.

FIRJAN. Disponível em: <http://www.firjan.org.br/ifdm/>. Acesso em: 28 de maio 2014.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – GEM 2012. **Empreendedorismo no Brasil**. Curitiba: IBPQ, 2012. Disponível em: [http://www.ibpq.org.br/upload/tiny\\_mce/Download/Empreendedorismo%20no%20Brasil%202012.pdf](http://www.ibpq.org.br/upload/tiny_mce/Download/Empreendedorismo%20no%20Brasil%202012.pdf). Acesso em: 20 jan. 2015.

GOMES, I. Sustentabilidade social e ambiental na agricultura familiar. **Revista de Biologia e Ciências da Terra** v. 5 n. 1, 1º semestre 2004.

GUILHOTO, J. J.M. et. al. A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados. **In: V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**. Recife, 2007. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A089.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2015.

GUIMARÃES, L. A.; MARTINS, D. de A.; GUIMARÃES, P. M. Os métodos qualitativo e quantitativo: similaridades e complementaridade. In: GRUBITS, S.; NORIEGA, J. A. V. (org.). **Método Qualitativo: epistemologia, complementariedades e campos de aplicação**. São Paulo: Vetor, 2004.

IBGE, Produção Agrícola Municipal 2012. Disponível em:  
[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa\\_resultados.php?id\\_pesquisa=44](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=44).  
Acesso em: 02 de jun. 2014.

KONRAD, J.; SILVA, C. A. da. Agricultura familiar no oeste catarinense: da colônia à integração. In: **XXI encontro nacional de geografia agrária “territórios em disputa: os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro”**. Uberlândia- MG, 15 a 19 de outubro de 2012.

LANA, J.; ORLANDI, C.; CAMARGO, M.; BRANCO, M. A.; LENZI, F. C. A relação das competências empreendedoras e da conduta intraempreendedora no setor de serviços educacionais. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 7, n. 2, p. 77-95, 2013. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/30824/a-relacao-das-competencias-empreendedoras-e-da-conduta-intraempreendedora-no-setor-de-servicos-educacionais/i/pt-br>. Acesso em: 21 jan. 2015.

LOCH, C.; WALKOWSKI, M. da C.. O processo participativo no planejamento turístico do espaço rural de Alfredo Wagner/SC. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo** v. 3, n. 1, p. 46-67, abril 2009. Disponível em  
<http://revhosp.org/ojs/index.php/rbtur/article/view/132/165>. Acesso em: 20 jan. 2015.

McClelland, D. C. **A sociedade competitiva**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

\_\_\_\_\_ Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. In: **I Colóquio Internacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável**. Florianópolis, 22 a 25 de agosto de 2007.

MIYAZAKI, J. ; VILAS BOAS, T.; . RAIZEL, P.A., . **Capital social e empreendedorismo rural: a agricultura familiar no oeste do Paraná**. Resultados Preliminares do Projeto: Gestão das Unidades Artesanais, 2008. Disponível em:  
<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/IVSeminarario/IVSeminarario/Artigos/11.pdf>.  
Acesso em: 10 fev. 2015.

OLIVEIRA, J. R. C. de; SILVA, W. A. C.; ARAUJO, E. A. T. Características comportamentais empreendedoras em proprietários de mpes longevas do Vale do Mucuri e

Jequitinhonha/MG. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo , v. 15, n. 5, p. 102-139, out. 2014 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1678-69712014000500005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712014000500005&lng=pt&nrm=iso)>. acesso em: 01 out. 2015.

PIVA, A. S.. **Formação do Sistema Agroindustrial e os Fluxos Migratórios na Mesorregião Oeste Catarinense**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

ROUVER, O. J.; LANZARIN, A.. O cooperativismo de leite do oeste de Santa Catarina/ Brasil e a inclusão sócio-econômica de agricultores familiares em condições vulneráveis. **In: V Encontro de Pesquisadores Latino-Americanos do Cooperativismo**. Ribeirão Preto-SP,2008. Disponível em:  
[http://www.fundace.org.br/cooperativismo/arquivos\\_pesquisa\\_ica\\_la\\_2008/058-rover.pdf](http://www.fundace.org.br/cooperativismo/arquivos_pesquisa_ica_la_2008/058-rover.pdf). Acesso em: 24 fev. 2015.

SCHMIDT, S.; BOHNENBERGER, M. C. Perfil empreendedor e desempenho organizacional. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba , v. 13, n. 3, p. 450-467, set. 2009 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-65552009000300007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552009000300007&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 02 out. 2015.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultura, 1982.

TOMEI, P. A.; SOUZA, D. A. A. L. Análise das barreiras que dificultam a transformação do agricultor familiar em empreendedor rural no contexto brasileiro. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, v. 13, n. 3, p. 107-122, 2014. Disponível em:  
<http://www.spell.org.br/documentos/ver/33286/analise-das-barreiras-que-dificultam-a-transformacao-do-agricultor-familiar-em-empreendedor-rural-no-contexto-brasileiro/i/pt-br>. Acesso em: 10 fev. 2015.

VERGARA, S. C.. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

WINCK, C. A.. **Impactos do pagamento pela qualidade na cadeia produtiva do leite na região Oeste de Santa Catarina**. 2012. Tese (Doutorado em Agronegócio) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZAMPIER, M. A.; TAKAHASHI, A. R. W. Competências empreendedoras e processos de aprendizagem empreendedora: modelo conceitual de pesquisa. Cadernos **EBAPE.BR**, Rio de Janeiro , v. 9, ed. especial, Jul. 2011.

Organizadores:



ANEPEPE  
Associação Nacional de Estudos  
em Empreendedorismo e Gestão  
de Pequenas Empresas

Realizadores:

